



ABOP

EDITORIAL

O conceito de interseccionalidade surge dentro do movimento feminista negro na década de 1989, proposto pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, para evidenciar as interrelações entre raça, gênero e classe social (Crenshaw, 2013). Desde então, análises interseccionais passaram a ser realizadas nas mais diversas áreas de conhecimento, o que permitiu avançar no entendimento de que a formação de identidade e da desigualdade social é produto de inúmeros fatores – de ordem individual e social – que interagem simultaneamente. Tal conceito também chegou aos estudos no campo de carreira, especialmente em teorias mais contemporâneas (e.g. Teoria da Psicologia do Trabalho), reforçando a ideia de que a área deve ter como compromisso a identificação de barreiras socialmente produzidas que venham a afetar o desenvolvimento profissional, ao passo em que, deve promover intervenções contextualizadas com determinantes sociais com o intuito de gerar reflexão crítica, autonomia, solidariedade e justiça social.

A partir de uma visão interseccional é possível analisar indicadores econômicos e sociais para identificar quem são as pessoas mais impactadas por desigualdades nos diversos setores. Por exemplo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no Brasil, país de população majoritariamente negra (56,1% da população), pessoas pretas e pardas têm salários menores do que pessoas brancas, ainda que tenham o mesmo nível de formação. Assim, se o mercado de trabalho é desigual em função do gênero, aliar a raça à esta questão torna a diferença ainda maior, pois forma-se uma “pirâmide” em que no topo estão os homens brancos com maiores rendimentos, seguidos por mulheres brancas, homens negros e as mulheres negras na base com os menores rendimentos. Além disso, a população negra forma o maior grupo que vive abaixo da linha da extrema pobreza, é a que mais está sujeita ao trabalho informal, é a mais atingida pela violência e homicídio e pouco representada em cargos de gerenciais ou políticos.

Se a educação é apontada como meio de superação de desigualdades sociais, os indicadores também demonstram que o sistema educacional precisa evoluir para promover acesso de oportunidade para todos. O Observatório da Branquitude (2024) analisou os dados do Censo Escolar 2021 e do Índice Socioeconômico (2021) e constatou que 70% das escolas de educação básica com melhor infraestrutura são em sua maioria de alunos brancos (60% ou mais de alunos autodeclarados brancos). Nas escolas com maioria de alunos negros (60% ou mais de alunos autodeclarados negros) faltam água potável, bibliotecas, laboratórios de informática, quadra de esportes, rede de esgoto e coleta de lixo. Ao inserir um recorte geográfico, os dados evidenciaram que as escolas que recebem os alunos mais pobres e que são mais precarizadas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país.

O enfrentamento dessas situações depende de ações coletivas que envolvam a esfera governamental e a sociedade civil. Neste sentido, o campo da Orientação Profissional e de Carreira é convidado a se implicar a partir da análise e integração dos determinantes sociais e interseccionais no desenvolvimento da identidade profissional e na construção de carreira dos indivíduos, considerando os privilégios e desigualdades, barreiras e oportunidades e a pertinência dos modelos teóricos e interventivos para cada situação, indivíduo ou coletivos. É neste contexto social e político que o primeiro volume do ano de 2024 da Revista Brasileira de Orientação Profissional (RBOP) é disponibilizado ao público. Os artigos desta edição partem de diferentes enfoques teóricos e metodológicos, bem como analisam fenômenos a partir da vivência de diferentes públicos, demonstrando que a área está pautando discussões que envolvem os impactos relações sociais, desenvolvimento pessoal e saúde mental de estudantes e trabalhadores para o desenvolvimento de carreira.

O primeiro estudo que abre a seção de artigos originais é o trabalho “Satisfação, desenvolvimento e realização profissional: estudo comparativo de gênero e raça” de autoria de Marcia Nana e Luciana Mourão, ambas vinculadas à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A amostra foi composta por profissionais da saúde de diferentes regiões brasileiras e, a partir da comparação entre homens e mulheres e entre pessoas brancas e negras (agrupando pretas e pardas), as autoras constataram que os homens valorizam mais a manutenção de tradições no trabalho e buscam por



trabalhos mais prazerosos do que as mulheres. Por sua vez, em relação à raça, observaram que esta variável tem impactos diretos na satisfação, no desenvolvimento e na realização profissional favorecendo pessoas brancas em detrimento de negras.

Também tratando de gênero e trabalho, o segundo artigo deste número, teve como objetivo realizar a “Adaptação Brasileira da Escala de Políticas de Suporte Trabalho-Família em Mulheres Trabalhadoras”. As autoras, Fernanda Settecerze Rodrigues e Larissa Maria David Gabardo Martins, ambas da Universidade Salgado de Oliveira, aplicaram o instrumento em 565 trabalhadoras de diversos estados brasileiros. Os resultados indicaram adequada estrutura fatorial da medida para o contexto nacional, bem como, apresentou correlações positivas com o comportamento de suporte do supervisor e com a cultura organizacional de satisfação e bem-estar.

Na presente edição da RBOP, o Ensino Superior foi tema de diversos artigos. Vale destacar que nas últimas décadas o Brasil passou por um processo de ampliação de cursos e de universidades públicas, bem como fomentou políticas públicas para ingresso na rede privada de ensino. Apesar da expansão em termos de acesso, as políticas de permanência não seguiram no mesmo ritmo e foram ainda mais fragilizadas no período da pandemia de COVID-19. O impacto dessa fragilização pode ser percebido nos dados do Censo da Educação Superior (2022) que indicam que menos de 25% dos jovens de 18 a 24 anos acessam o nível superior no país. O mesmo documento identificou que 25% das vagas na rede pública de ensino não conseguem ser preenchidas por falta de demanda. Além disso, evidenciou um crescimento sem precedentes de matrículas em cursos à distância, já que 66% das 4,7 milhões de matrículas em 2022 foram realizadas nessa modalidade. Neste sentido, torna-se fundamental buscar mecanismos para garantir o acesso e permanência de estudantes em um sistema de ensino que preze pela formação técnica e humana e de qualidade.

Contemplando o público de universitários brasileiros, o trabalho “Paixão pelos estudos: Propriedades psicométricas e seu efeito na decisão de carreira” é terceiro artigo desta edição e é de autoria de Lorena Rodrigues da Costa, Araê Cainã, Sandra Padilha, Gustavo Henrique Martins e Evandro Morais Peixoto, todos vinculados à Universidade São Francisco. Os resultados indicaram bons índices de ajuste e precisão para a Escala de Paixões pelos Estudos além de demonstrarem que a paixão pelos estudos pode prever autoeficácia para decisão de carreira e a indecisão de carreira.

O quarto artigo desta edição é de autoria de de Kassandra Calle-Chumacero (Universidad San Ignacio de Loyola), Valeria Tinoco-Ibáñez (Universidad San Ignacio de Loyola), Guillermo Almeida-Huanca (Universidad Nacional Mayor de San Marcos) e Eli Malvaceda-Espinoza (Universidad San Ignacio de Loyola). Os autores tiveram como objetivo analisar a “Qualidade de vida no trabalho em estagiários universitários de Psicologia” da região metropolitana de Lima – Peru. Os autores constatam que estagiários que recebem apoio diretivo, conseguem desempenhar suas atividades de maneira mais eficiente. Além disso, a intensa pressão de trabalho pode prejudicar a saúde mental dos discentes.

A saúde mental de universitários também foi tema do quinto artigo deste fascículo, intitulado “Burnout em estudantes: Adaptação Brasileira do *Oldenburg Burnout Inventory – Student Version*”. Os autores Fabíola Rodrigues de Matos (Universidade do Estado de Minas Gerais) e Alexsandro Luiz De Andrade (Universidade Federal do Espírito Santo) realizaram a tradução e adaptação da medida ao contexto brasileiro e encontraram adequadas evidências de validade com base no conteúdo e na relação com variáveis convergentes (ansiedade, depressão, estresse e afetos negativos e positivos).

O fenômeno da evasão do ensino superior foi foco do estudo “Dimensões de adaptabilidade de carreira em estudantes universitários com intenção de evadir”, sexto artigo deste número e de autoria de Lucas Fadul de Aguiar (Universidade Federal do Pará – UFPA), Marco Antônio Teixeira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Janari da Silva Pedroso (UFPA). A partir de um delineamento qualitativo, os autores constataram que determinantes sociais



como raça, gênero e fatores econômicos impactam nos níveis de adaptabilidade de carreira e no planejamento para a saída do curso.

O sétimo artigo desta edição parte da análise de experiência de adultos emergentes, ou seja, indivíduos que, em função de determinantes sociais, tendem a experimentar aspectos da vida adulta mais tardiamente. No artigo “Adaptação Acadêmica: Associações com Autoeficácia e o período Adulto Emergente”, os autores Andressa Pereira de Souza (Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE), Camélia Santina Murgo (UNOESTE), Leonardo de Oliveira Barros (Universidade Federal da Bahia) e Thiago Yamada Porto (Universidade Estadual Paulista) analisam as associações entre adaptação acadêmica, adulez emergente e autoeficácia na formação superior. Os resultados indicaram que as relações sociais contribuem para organização da rotina de estudos, melhorando os níveis de saúde mental e o desempenho acadêmico.

O oitavo estudo deste fascículo, intitulado “O que vou ser quando crescer? Indecisão profissional e otimismo em aprendizes” é de autoria de Ana Paula Porto Noronha, Roberta Ramazotti Ferraz de Campos, Leila Maria Ferreira Couto e Ana Paula Ozório Cavallaro, pesquisadoras da Universidade São Francisco. A investigação com adolescentes do Ensino Técnico Profissionalizante indicou o público do sexo masculino é o que se sente mais despreparado para fazer uma escolha profissional. Além disso, as autoras indicam que a capacidade de tomada de decisão afeta a os níveis de otimismo e pessimismo frente à vida.

Encerrando a seção de artigos originais, Lílana Faria da Universidade do Algarve (Portugal) assina o estudo “Produção científica divulgada na Revista Brasileira de Orientação Profissional: Uma Análise Bibliométrica”. A partir dos estudos publicados entre 2011 e 2022, a autora identifica que a RBOP tem uma predominância de estudos publicados em língua portuguesa, tornando o periódico um importante meio de disseminação de conhecimento na comunidade lusófona, fato corroborado pelo fato de que 72% dos artigos publicados no período analisado recebeu citações. A análise bibliométrica evidenciou uma possível centralização de produção de conhecimento em algumas universidades da mesma região do país. Dentre as temáticas mais frequentes na RBOP, destacam-se a Teoria de Personalidade Vocacional e Ambientes de Trabalhos de Holland e a Teoria de Autoeficácia de Bandura.

O presente número é encerrado com a resenha “Avaliação em Orientação Profissional e de Carreira: interlocução entre teoria e prática”. O texto é de autoria de João Matheus Barcelos da Silva, Cecília Faccenda Pivoto e Thaline da Cunha Moreira, vinculados à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Os autores apresentam a obra “Avaliação em Orientação Profissional e de Carreira: fundamentos, planejamento e aplicações”, organizada por Rodolfo Augusto Matteo Ambiel, Thaline da Cunha Moreira e Leonardo de Oliveira Barros. O livro contém onze capítulos que abordam os fundamentos teóricos e técnicos essenciais para embasar a realização de avaliação nas intervenções de carreira.

Finalizo esse editorial informando aos leitores que a equipe editorial da RBOP passou por uma atualização e, a partir de agora o corpo editorial tem a seguinte composição: Dr. Leonardo de Oliveira Barros (Editor-Chefe), Dra. Fabíola Rodrigues Matos (Editora Associada), Dr. Gustavo Henrique Martins (Editor Júnior), Dra. Lucy Leal Melo-Silva (Editora Associada), Dra. Maria Célia Pacheco Lassance (Editora Associada), Dr. Rodolfo Augusto Matteo Ambiel (Editor Associado), Dr. Marcelo Afonso Ribeiro (Editor Associado) e Me. Gabriel da Silva Silveira (Assistente Editorial).

Uma boa leitura!

Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Barros
Editor Chefe
Universidade Federal da Bahia



Referências

- Crenshaw, K. W. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2024). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). *Censo da Educação Superior – 2022*. Brasília: Ministério da Educação.
- Observatório da Branquitude. (2024). *A cor da infraestrutura escolar: diferenças entre escolas brancas e negras*. Rio de Janeiro: Observatório da Branquitude.